

DCU A informação acessível ao cidadão EM REVISTA

Revista da Subsecretaria de Contabilidade Pública/STN – Brasil – número 1 – outubro 2012

Demonstrações Contábeis da União

Edição especial de lançamento
Transparência das Informações
Exercício 2011

Ministério da Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA UNIÃO

1ª Edição

Brasília, outubro de 2012

Ministro da Fazenda

Guido Mantega

Secretário-Executivo

Nelson Barbosa

Secretário do Tesouro Nacional

Arno Hugo Augustin Filho

Chefe de Gabinete

Débora Peters

Subsecretários

Assuntos Corporativos, Lísio Fábio de Brasil Camargo
Contabilidade Pública, Gilvan da Silva Dantas
Dívida Pública, Paulo Fontoura Valle
Planejamento e Estatísticas Fiscais, Cleber U. de Oliveira
Política Fiscal, Marcus Pereira Aucélio
Relações Financeiras Intergovernamentais, Eduardo C. Guerra

Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União

Coordenador-Geral, Renato Pontes Dias
Coordenadora, Bárbara Verônica Dias Mágero Viana
Coordenadora, Rosilene Oliveira de Souza

Equipe técnica

Allan Lúcio Sathler
Cecília Maria de Oliveira Guimarães
Cristiane Reis di Rezende
Daniela Monteiro Rodrigues de Lima
Iramar Rodrigues Cordeiro
Ivete Oliveira da Silva Ramos
Lara Cristina Caixêta Machado de Lima
Leúde da Silva Amorim
Marcos Poubel de Castro
Paulo Henrique de Godoy Machado
Sandro Alex Bezerra Vieira

Projeto Gráfico e Diagramação: Fábio Rógerio Antunes da Silva**Impressão:** AG Brasil

DGU em REVISTA é uma publicação anual da Secretaria do Tesouro Nacional, elaborada pela Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União da Subsecretaria de Contabilidade Pública.

É permitida a reprodução de texto e dados, desde que citada a fonte.

Tiragem: 750**Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União – CCONT/STN**

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Ed. Anexo ao MF – Térreo – Ala A
CEP 70048-900 – Brasília-DF

Telefones: (61) 3412-3063**Fax:** (61) 3412-1459**Correio eletrônico:** ccont.df.stn@fazenda.gov.br**Página eletrônica:** www.tesouro.gov.br

DGU em Revista / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 1, n. 1 (out.2012). – Brasília : STN, 2012_.

Anual.
ISSN

1. Contabilidade pública – Revista – Brasil. 2. Demonstrações contábeis – Revista – Brasil. 3. Contabilidade aplicada ao setor público – Revista – Brasil. 4. Finanças públicas – Revista – Brasil. 1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

CDD

Mensagem do Subsecretário de Contabilidade Pública

A Subsecretaria de Contabilidade Pública da Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União, apresenta a primeira edição da *Revista das Demonstrações Contábeis da União*, cuja iniciativa visa disponibilizar as informações contábeis da União em uma linguagem mais acessível para o cidadão, com o objetivo de fomentar na sociedade brasileira um maior controle social.

As Demonstrações Contábeis da União consolidam as informações ao longo do exercício, de forma cumulativa, até o trimestre a que se referem, e são compostas pelas demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro), apresentadas em um formato sintético, e acompanhadas das respectivas notas explicativas.

As Demonstrações Contábeis da União referentes ao 4º trimestre, por refletirem as informações acumuladas ao longo de todo o exercício, são utilizadas como base para a elaboração do Balanço Geral da União – BGU, que integra a Prestação de Contas Anual da Presidenta da República, em cumprimento ao inciso XXIV do artigo 84 da Constituição Federal. Vale ressaltar que o BGU apresenta, na íntegra, as demonstrações contábeis estabelecidas pela Lei nº4.320/1964, acrescidas de suas notas explicativas, e sempre com referência a um exercício encerrado.

Esta *Revista das Demonstrações Contábeis da União* é elaborada com base nas mesmas demonstrações que são utilizadas para a elaboração do BGU, ou seja, as demonstrações do 4º trimestre, que se referem a todo o exercício. Trata-se de um resumo das informações

contidas nas demonstrações da União, porém em um formato mais amigável e compreensível. Esta iniciativa da Subsecretaria de Contabilidade Pública é uma ação voltada para a implantação da nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que visa propiciar maior acesso às informações contábeis para toda a sociedade: o cidadão comum, a imprensa, os estudantes, os professores, as organizações sociais, etc.

O objetivo desta revista é levar a informação sobre a contabilidade da União para um público maior, sem a necessidade de grandes conhecimentos técnicos, pois a revista é pautada numa linguagem de fácil entendimento, com figuras, gráficos, etc., e apresenta os principais resultados alcançados pelo governo e a composição do patrimônio da União, analisando suas variações mais significativas.

Esta primeira edição da revista apresenta as demonstrações contábeis do exercício financeiro de 2011, e a as futuras publicações, num primeiro momento, serão anuais, sempre sobre as contas do exercício imediatamente anterior.

Com esta iniciativa, a Subsecretaria de Contabilidade Pública espera estar contribuindo para uma melhor *Accountability* sobre as contas da União.

A Subsecretaria de Contabilidade Pública parabeniza a equipe da Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União, na pessoa do então Coordenador-Geral Francisco Wayne Moreira, pela excelente iniciativa.

Gilvan da Silva Dantas
Subsecretário de Contabilidade Pública

Sumário

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis.....	9
Mudanças de Critérios e Procedimentos Contábeis.....	10
Criação, Extinção, Liquidação e Incorporação de Órgãos e Entidades.....	11
Procedimentos Contábeis Especiais.....	12
Balanço Patrimonial.....	14
Demonstração das Variações Patrimoniais.....	24
Balanço Orçamentário.....	33
Balanço Financeiro.....	34
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	35
Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis.....	36

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

O Balanço Geral da União – BGU integra a Prestação de Contas Anual da Presidenta da República, apresentando as contas do Poder Executivo referentes ao exercício financeiro do ano anterior, em cumprimento ao inciso XXIV do artigo 84 da Constituição Federal.

O BGU é uma peça documental que contempla as ações governamentais, executadas pelo conjunto de órgãos e entidades da Administração Pública Federal e que recebem dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Em 2008 foi publicada a Portaria MF nº184, de 25 de agosto, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público, pelos entes públicos, quanto aos procedimentos e práticas contábeis adotados na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade. Nesse sentido, o Decreto nº6.976, de 7 de outubro de 2009, traçou objetivos com o intuito de permitir as adequações necessárias a essa nova ordem. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e o Manual SIAFI estão adotando o novo padrão contábil no âmbito do Governo Federal.

A partir da mencionada portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, iniciou um conjunto de mudanças na Contabilidade Pública trazendo uma nova concepção, e exigindo nova postura e visão sobre os atos e fatos praticados pelo setor público.

Tais mudanças provocam mais um efeito: a melhoria do nível de qualificação dos servidores envolvidos, contribuindo assim para o cumprimento do Princípio da Eficiência na gestão do patrimônio público. Todas essas alterações estão sendo acompanhadas de forma criteriosa pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A Portaria MF nº184 determina ainda à Secretaria do Tesouro Nacional que promova o acompanhamento contínuo das normas contábeis aplicadas ao setor público, editadas pela *International Federation of Automatic Control* – IFAC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, para garantir a aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade no âmbito do setor público.

Para o aperfeiçoamento da contabilidade pública brasileira, foram editadas e publicadas pelo CFC, em 2008, as primeiras normas agrupadas na NBC-T-16 – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, que implicam em significativas alterações de procedimentos e em importantes interações e impactos sobre as normas atuais. Tais normas visam contribuir para o fortalecimento e uniformização de procedimentos contábeis patrimoniais em âmbito nacional, de forma que sirvam não só ao cumprimento dos aspectos legais, mas reflitam com fidedignidade o impacto das transações governamentais no patrimônio público.

As demonstrações contábeis do Balanço Geral da União foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e do Decreto-Lei nº200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da administração federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências.

O BGU do exercício financeiro de 2011 apresenta as seguintes demonstrações contábeis consolidadas, referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro, todos obrigatórios segundo a Lei nº4.320/1964.

Além das demonstrações acima, o BGU apresenta ainda a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL que, apesar de não obrigatória, é utilizada para uma análise mais apurada das variações dos elementos do Patrimônio Líquido.

Todas as demonstrações contábeis da União são apresentadas juntamente com suas respectivas Notas Explicativas constantes do Relatório da Prestação de Contas.

Mudanças de Critérios e Procedimentos Contábeis

PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS À AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

Foi criada rotina contábil para transferência de recursos financeiros para consórcios públicos em que a União faça parte, por ocasião da ratificação do protocolo de intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir a denominada Autoridade Pública Olímpica – APO, conforme a Lei nº12.396, de 21 de março de 2011.

CONTROLE DE IMÓVEIS DESTINADOS À REFORMA AGRÁRIA

Houve alterações nos procedimentos contábeis para o registro e controle dos imóveis desapropriados para fins de reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Os imóveis desapropriados são registrados no Ativo Imobilizado, desde a sua obtenção até a sua destinação, em atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União – TCU, quanto ao controle dos imóveis obtidos pelo INCRA para assentamento de trabalhadores rurais.

DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO, REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL E REAVALIAÇÃO DE ITENS DO IMOBILIZADO

Em 2010, para melhor evidenciação do patrimônio da União, a Secretaria do Tesouro Nacional publicou, no Manual SIAFI, a macrofunção 020330, que instrui como deve ser feita a contabilização da depreciação, amortização e exaustão, além de como realizar o cálculo da redução ao valor recuperável e a reavaliação de itens do imobilizado adquiridos até 2009.

Nessa norma, ficou estabelecido um cronograma para o período de transição, que determina os prazos máximos para os órgãos contabilizarem a depreciação por grupos de contas contábeis previamente definidos. Tais prazos poderão ser alterados por normativos futuros, em decorrência de particularidades que possam vir a afetar a obtenção dos valores dos bens.

Por ora, o prazo final se encerra em 2013, com impacto na Demonstração das Variações Patrimoniais e no Balanço Patrimonial até que sejam concluídos os testes de recuperabilidade de todo o ativo depreciável.

RECONHECIMENTO E ATUALIZAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DA UNIÃO

Em 2010, a Secretaria da Receita Federal do Brasil passou a registrar em seu ativo os créditos vencidos, porém ainda não inscritos em Dívida Ativa. Anteriormente, esses créditos eram evidenciados apenas quando da inscrição. Apesar de o registro não significar a adoção completa do regime de competência, expressa um avanço nesse sentido.

A STN publicou em 2011, no Manual SIAFI, a macrofunção 020333, que trata dos procedimentos para registro da apropriação de créditos tributários a receber e constituição da respectiva provisão, com efeito na administração pública direta da União, suas autarquias e fundações.

PROCEDIMENTOS DE CONTABILIZAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DO FUNDO DE GARANTIA À EXPORTAÇÃO

O Fundo de Garantia à Exportação – FGE, constituído pela Lei nº9.818, de 23 de agosto de 1.999, é um fundo

de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Fazenda, que tem a finalidade de dar cobertura financeira às garantias prestadas pela União nas operações de Seguro de Crédito à Exportação – SCE.

Os procedimentos de execução orçamentária, financeira e contábil do FGE, no âmbito do SIAFI, são executados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, na qualidade de gestor do fundo.

As atribuições de enquadrar e acompanhar as operações do SCE, com estabelecimento dos parâmetros e condições para concessão de assistência financeira às exportações e prestação de garantia da União, bem como a cobertura financeira do FGE, foram delegadas ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações, colegiado integrante da Câmara de Comércio Exterior.

Iniciou-se, em 2011, o registro contábil das cambiais endossadas à União e o reconhecimento contábil dos valores a recuperar, passo seguinte ao pagamento da indenização, possibilitando assim reconhecer contabilmente as possíveis perdas.

Os direitos da União, decorrentes do pagamento da indenização de sinistros e do endosso das cambiais, são reconhecidos simultaneamente ao pagamento. Ocorrido o pagamento da indenização, realiza-se o endosso das cambiais. Uma vez paga a indenização de sinistros, os direitos a receber são registrados no exato valor do pagamento, caracterizando um valor a recuperar. Na sequência, são provisionadas as possíveis perdas decorrentes da não recuperação.

Criou-se uma rotina contábil visando o controle dos direitos creditórios da União, no âmbito do FGE. Foi executado um amplo levantamento das informações necessárias para registro contábil das cambiais endossadas à União, compreendendo o período de 2000 a 2011.

No âmbito do SCE, destacam os registros contábeis relacionados aos pagamentos de indenização de sinistros e seus desdobramentos, ou seja, as saídas de recursos do FGE. Os valores anteriores a 2011 foram contabilizados como ajustes de exercícios anteriores.

RECONHECIMENTO DE ATIVOS DE INFRAESTRUTURA

Em 2011, foi criada conta contábil para registrar os bens de uso comum referentes às rodovias. No entanto, não houve tempo hábil para o reconhecimento, mensuração e registros desses bens no mesmo exercício.

Tão logo sejam acertados os critérios contábeis, os lançamentos serão efetuados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, o que deverá acontecer, provavelmente, ao longo do exercício de 2012.

ÓRGÃOS QUE RECONHECEM A RECEITA CONTÁBIL POR COMPETÊNCIA

Em 2011, foi identificado, em alguns órgãos do SIAFI, o reconhecimento, ainda em fase inicial, da receita contábil por competência.

A identificação foi feita a partir de um grupo de contas de créditos a receber que, por sua natureza, evidenciam os valores reconhecidos de receitas segundo seu fato gerador, independente do seu recebimento, caracterizando assim a adoção do regime de competência.

Criação, Extinção, Liquidação e Incorporação de Órgãos e Entidades

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA

A Lei nº12.396, de 21 de março de 2011, criou a Autoridade Pública Olímpica – APO, um consórcio público sob a forma de autarquia em regime especial. A função desse órgão é coordenar a participação da União, bem como do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

A APO foi inicialmente incluída na estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo depois transferida para o Ministério do Esporte, consequentemente causando a alteração de seu código no SIAFI.

EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares foi criada pela Lei nº12.550, de 15 de dezembro de 2011, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação, com prazo de duração indeterminado.

A finalidade da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares é prestar, de forma gratuita, serviços hospitalares e ambulatoriais à comunidade, e serviços de apoio ao ensino e formação de profissionais da área da saúde às instituições públicas federais de ensino e instituições congêneres.

EMPRESA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE ALTA VELOCIDADE

Com intuito de planejar e promover o desenvolvimento do transporte ferroviário de alta velocidade, de forma integrada com as demais modalidades de transporte, foi criada pela Lei nº12.404, de 4 de maio de 2011, a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A, sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério dos Transportes, com prazo de duração indeterminado.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

A nova Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO foi instituída por meio do Decreto nº7.471, de 4 de maio de 2011, publicado no Diário Oficial da União, de 5 de maio de 2011.

O processo de recriação da SUDECO iniciou-se com a Lei Complementar nº129, de 8 de janeiro de 2009. A nova autarquia, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, tem, entre outros, o objetivo de formular e implementar os marcos legais da política de desenvolvimento regional e de ordenamento territorial para o Centro-Oeste.

A Lei nº8.029, de 12 de abril de 1990, dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências, fazendo referência à autarquia SUDECO.

FUNDO NACIONAL DO IDOSO

Inserido no SIAFI no exercício de 2011, o Fundo Nacional do Idoso foi instituído e vinculado à Presidência da República pela Lei nº12.213, de 20 de janeiro de 2010, com o objetivo de financiar os programas e as ações que possam assegurar aos idosos os seus direitos sociais e criar condições para promover a sua autonomia e sua integração e participação efetiva na sociedade.

ÓRGÃOS EXTINTOS

Em 2011, foram concluídos os processos de extinção dos seguintes órgãos vinculados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência; Fundação Roquette Pinto; Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste; Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul; e Instituto do Açúcar e do Alcool.

A Fundação Roquette Pinto, criada em 1991, era um meio de comunicação social voltado para a Educação e Cultura. Transformada em uma organização social, sem fins lucrativos, em 1998, foi substituída pela Empresa Brasil de Comunicação, em 2007.

O Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA foi criado em 1933, com o objetivo de incentivar o consumo e regular o mercado de açúcar e álcool. Utilizava, como principal mecanismo de atuação, a regulação das cotas de produção de cana-de-açúcar.

Fundamental para o desenvolvimento da produção, limitou as usinas a produzir, no máximo, 60% de toda cana em suas próprias terras, sendo o restante fornecido por produtores independentes.

ÓRGÃOS EM PROCESSO DE EXTINÇÃO

Encontram-se em processo de extinção os seguintes órgãos vinculados ao Ministério da Integração Nacional: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste; Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia; Agência do Desenvolvimento da Amazônia; e Agência de Desenvolvimento do Nordeste.

REDE FERROVIÁRIA FEDERAL

Em 2011, foi extinta a Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA e suas unidades gestoras subordinadas, com base na Lei nº11.483, de 31 de maio de 2007, que trata do processo de liquidação em questão, tendo sido baixados, no SIAFI, todos os saldos de seu balancete.

Criada em março de 1957, por meio da consolidação de 18 ferrovias regionais, a RFFSA tinha como objetivo principal promover e gerir os interesses da União no setor de transportes ferroviários.

Durante os 40 anos em que prestou serviços de transporte ferroviário, atendendo diretamente a 19 unidades da Federação, chegou a operar 73% da malha ferroviária nacional.

FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS

O Decreto nº7.426, de 07 de janeiro de 2011, transferiu o Fundo Nacional Antidrogas, antes subordinado à Presidência da República, para o Ministério da Justiça, com alteração de seu código de órgão no SIAFI, de 20117 para 30912. Dessa forma, o órgão 20117, vinculado à Presidência da República entrou em processo de desativação.

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

A Lei nº12.462, de 5 de agosto de 2011, transferiu a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, até então subordinada ao Ministério da Defesa, sob o código 52211, para a Presidência da República sob o código 20214.

Procedimentos Contábeis Especiais

INTEGRAÇÃO DE SALDOS CONTÁBEIS E PROCEDIMENTOS DA FUNAI – PATRIMÔNIO INDÍGENA

As Demonstrações Contábeis da União contemplam todos os órgãos e entidades pertencentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, seja pelo critério de consolidação ou pelos investimentos em participações permanentes.

Cinco entidades da administração indireta não recebem recursos consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por isso, não têm seu patrimônio e seu planejamento orçamentário evidenciados nas demonstrações contábeis da União.

Quatro dessas entidades utilizam o SIAFI na modalidade de uso parcial, integrando seus saldos contábeis por meio da operação denominada “Integração de Balancetes”, uma vez que utilizam outros sistemas para registro de seus atos e fatos contábeis.

A outra entidade, a FUNAI – Patrimônio Indígena, que também não pertence aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, processa toda a sua execução orçamentária e financeira por meio do SIAFI. No entanto, não necessita utilizar os procedimentos de integração de balancetes, haja vista que seus registros contábeis têm origem no próprio sistema do respectivo órgão ou entidade.

Com exceção das empresas estatais dependentes, as demais empresas controladas foram reconhecidas no Balanço Geral da União – BGU pelo valor dos investimentos da União nessas empresas, utilizando o Método da Equivalência Patrimonial – MEP ou o Método de Custo.

RESULTADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN

A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV, efetuou lançamentos na conta contábil 21221.04.02 – Resultado Negativo – BACEN – Custos das Reservas, no valor total de R\$2.835,8 milhões, referentes aos resultados da equalização das reservas e derivativos cambiais do Banco Central, de que trata o art. 6º da Lei nº11.803, de 5 de novembro de 2008, apurados nos exercícios de 2010 e 2011.

O resultado negativo se constitui em obrigação da União com o Banco Central, devendo ser objeto de pagamento até o décimo dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço pelo Conselho Monetário Nacional.

Por sua vez, o resultado positivo é obrigação do Banco Central com a União, devendo ser objeto de pagamento até o décimo dia útil subsequente ao da aprovação do balanço pelo CMN.

Relativamente ao resultado patrimonial do Banco Central, apurado semestralmente em balanço da instituição, os lançamentos ocorrem nas seguintes contas contábeis:

- se positivo: 11221.05.01 – Resultado Positivo do BACEN – Balanço Apurado; e
- se negativo: 21221.04.01- Resultado Negativo do BACEN – Balanço Apurado .

Os Resultados do BACEN apurados nos Balanços do 2º semestre de 2010 e no 1º semestre de 2011 foram positivos em R\$4.929 milhões e R\$12.233 milhões, respectivamente, e transferidos ao Tesouro Nacional dentro dos prazos definidos em Lei.

CONCILIAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS DE OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS

As rotinas contábeis estabelecidas para as receitas e despesas intraorçamentárias não permitem a conciliação plena de todos os seus valores, em função de diversas incompatibilidades conceituais e operacionais.

Os regimes contábeis da despesa e da receita orçamentária são distintos, conforme estabelecido pela Lei nº4.320, de 17 de março de 1964, sendo que o reconhecimento da despesa se dá em um momento – no empenho – e o da receita, no momento do seu efetivo recebimento. Dessa forma, torna-se bastante complexo conciliar os valores intraorçamentários dentro de um mesmo exercício.

Com base nessa realidade, o quadro abaixo demonstra apenas os valores pagos da despesa intraorçamentária, inclusive os restos a pagar pagos dentro do exercício, para se chegar a um valor próximo do que poderia ser a conciliação entre receitas e despesas intraorçamentárias, caso ambas fossem compatíveis com o regime de caixa.

RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	VALOR
DESPESAS – VALORES PAGOS, INCLUSIVE RP (a)	16.989.813,34
RECEITAS – VALORES BRUTOS ARRECADADOS (b)	15.010.613,24
DEDUÇÕES DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (c)	8.710,38
RESULTADO (a) – (b) – (c)	(1.970.489,72)

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Procedimentos Contábeis Especiais

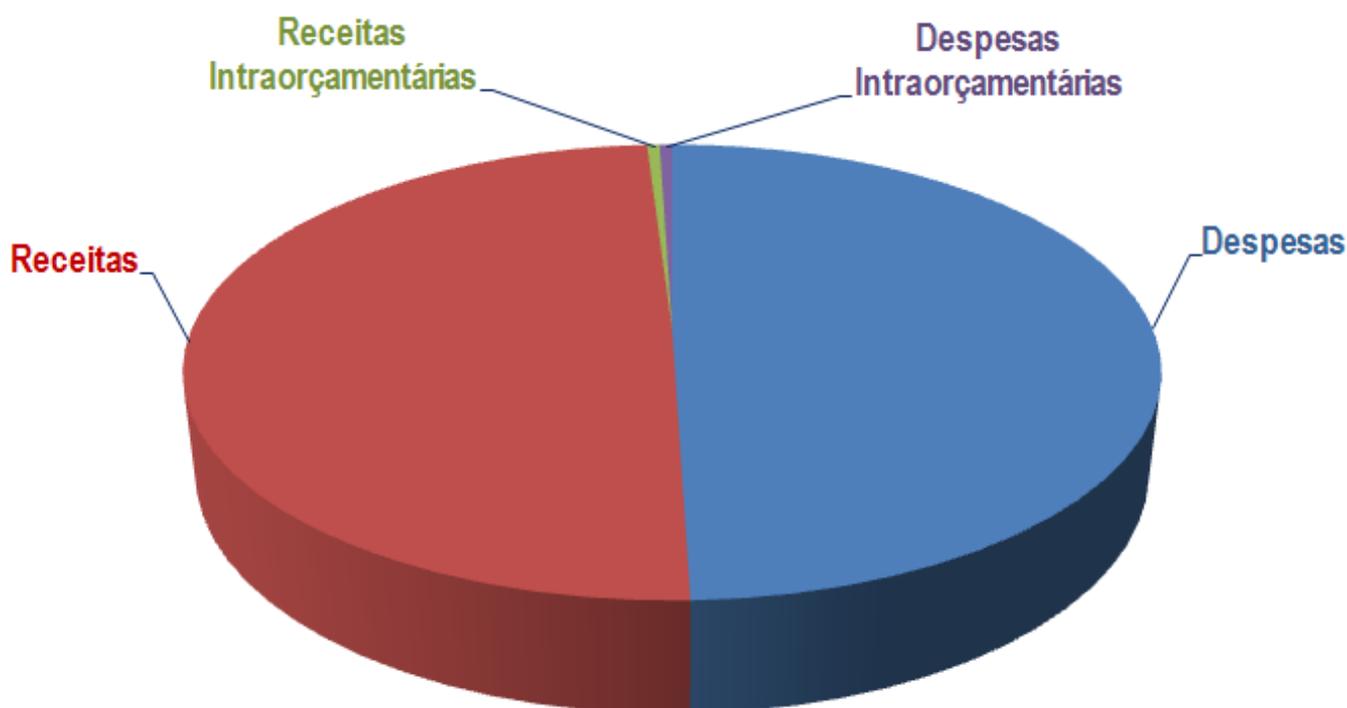
No âmbito do INSS, órgão 37202 do SIAFI, existe a peculiaridade de uma rotina própria, em que não há a contabilização das receitas intraorçamentárias oriundas das rotinas decorrentes dos encargos patronais das unidades, relacionadas à prestação de serviços de terceiros (pessoas física e jurídica) e àquelas da folha de pagamento. Entretanto, do outro lado, as despesas em todas as unidades são registradas como intraorçamentárias. Essa é a principal causa do valor expressivo da diferença entre receitas e despesas intraorçamentárias. Do total de R\$1.987,91 milhões, cerca de R\$1.261,18 milhões são relativos aos valores de INSS Patronal pagos e não reconhecidos como receita intraorçamentária. Tais valores foram extraídos por meio de consultas ao SIAFI Gerencial.

Além da rotina do INSS, outras rotinas peculiares afetam a compatibilização das receitas e despesas intraorçamentárias, tais como: o registro de despesas

com Salário-Educação no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, sem o correspondente registro da receita intraorçamentária; o registro pela Empresa Brasil de Comunicação – EBC de apenas 20% dos valores recebidos como receita intraorçamentária e possíveis problemas da rotina da folha de pagamentos, decorrentes de reclassificação de despesas, devoluções de ordens bancárias em exercícios diferentes, dentre outras peculiaridades.

INCLUSÃO, EXCLUSÃO, ALTERAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO DE ITENS DE BALANÇO

A agregação de itens de balanço foi efetuada em atendimento ao §2º do art. 176 da lei nº6.404, de 15 de dezembro de 1976, que estabelece que “os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas”.



Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial da União em 31 de dezembro de 2011. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos da União no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).

Os atos administrativos são apresentados no Balanço Patrimonial em um grupo intitulado "Compensado".

Destaca-se, portanto, a importância do Balanço Patrimonial, cuja análise auxilia a definição dos

indicadores de avaliação da gestão patrimonial. Em 2011, por exemplo, os procedimentos de contabilização da depreciação, amortização e exaustão, que vem sendo executados desde 2010 em atendimento ao estabelecido no Manual SIAFI, impactaram significativamente o patrimônio da União, apresentando valores mais fidedignos.

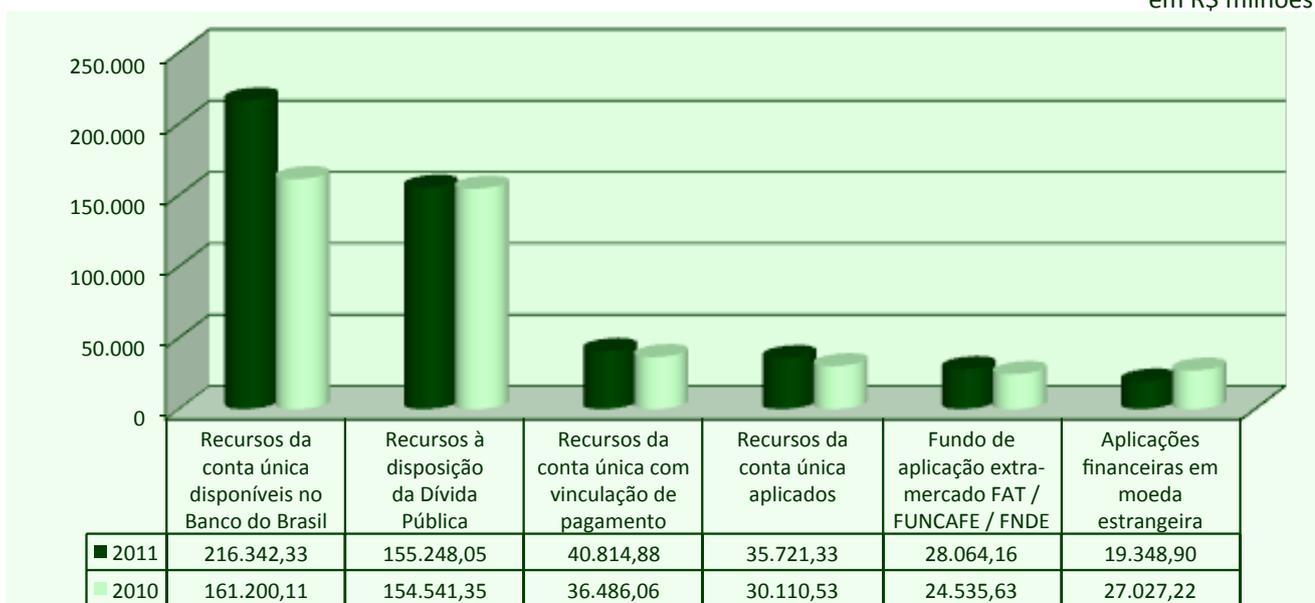
ATIVO FINANCEIRO – DISPONÍVEL

O Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional e moeda estrangeira.

O gráfico abaixo apresenta os seus principais componentes.

Principais Componentes do Disponível

em R\$ milhões



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

ATIVO FINANCEIRO – CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO

Os créditos em circulação representam os direitos realizáveis até o fim do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos, empréstimos, valores em trânsito e outros.

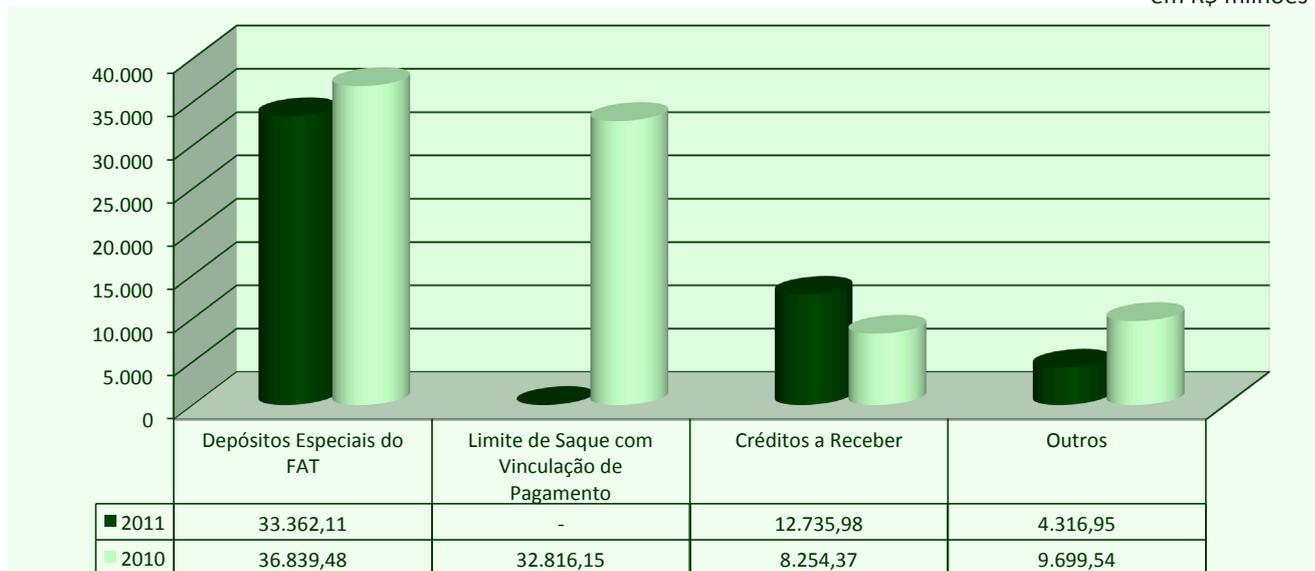
O item mais significativo do grupo "Créditos em Circulação" do Ativo Financeiro se refere a depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego. São recursos remunerados e disponíveis para imediata movimentação.

O "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento" representa os recursos financeiros a liberar para as unidades setoriais de programação financeira dos órgãos e entidades pela Secretaria do Tesouro Nacional, na qualidade de órgão central do sistema de Programação Financeira. No entanto, por não se tratar de um crédito real, esse item foi incluído no processo de consolidação que exclui as operações entre as unidades da União. Por isso, aparece zerado em 2011, reduzindo assim sua influência no "Ativo".

Balanço Patrimonial

Créditos em Circulação

em R\$ milhões



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

ATIVO NÃO FINANCEIRO – REALIZÁVEL A CURTO PRAZO – CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO

A partir de maio de 2010, a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB passou a reconhecer os créditos tributários efetivamente devidos, registrando-os em seus sistemas internos, em atendimento ao inciso II do artigo 48-A da Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000, com acréscimos da Lei Complementar nº131, de 27 de maio de 2009. Desde então os novos créditos registrados nos sistemas da RFB passaram a ser periodicamente contabilizados no SIAFI.

Por conseguinte, o item “Créditos Tributários a Receber”, que antes compunha a rubrica “Recursos a Receber”, apresenta-se agora em rubrica própria, em função do valor significativo que passou a representar. Outro item que passou a compor uma rubrica própria em função do valor apresentado em 2011 (R\$90 bilhões), foi o “Resultado Positivo do BACEN”, que compunha o total do item “Outros Créditos em Circulação” até o exercício de 2010.

No quadro a seguir, tais alterações podem ser visualizadas de forma mais clara.

ATIVO NÃO FINANCEIRO CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	POSIÇÃO ATÉ		VARIÇÃO SOBRE 2010 (a) – (b)
	31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)	
Créditos Tributários a Receber	242.612,70	-	242.612,70
Resultado Positivo do BACEN	90.240,06	-	90.240,06
Empréstimos e Financiamentos	75.395,63	85.208,36	(9.812,73)
Adiantamentos Concedidos	18.997,20	19.354,91	(357,71)
Diversos Responsáveis	12.829,38	11.159,62	1.669,76
Recursos a Receber	31,34	240.988,32	(240.956,98)
Outros Créditos em Circulação	6.946,33	8.564,14	(1.617,81)
Diversas Provisões	(2.187,61)	(2.596,22)	408,61
TOTAL	444.865,03	362.679,14	82.185,90

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Balanço Patrimonial

O valor significativo de pouco mais de R\$90 bilhões no item "Resultado Positivo do BACEN" se deve, basicamente, ao registro do resultado positivo do custo das reservas do Banco Central, relativo ao período de julho a setembro de 2011.

Dentre outros fatores que influenciaram a variação do item "Créditos em Circulação", destaca-se ainda um decréscimo de aproximadamente R\$10 bilhões no item "Empréstimos e Financiamentos".

ATIVO NÃO FINANCEIRO – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO – CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

O item "Créditos Realizáveis a Longo Prazo" sofreu

alterações em 2011, com a criação de três novos subitens específicos:

- Dívida Ativa;
- Provisão para Dívida Ativa; e
- Crédito Tributário a Receber.

Esses subitens estavam agregados em Créditos da União, Estados e Municípios, mas, devido a sua natureza e ao montante que representam, passaram a ser evidenciados em itens próprios.

No quadro a seguir, pode-se visualizar a nova estrutura do grupo "Créditos Realizáveis a Longo Prazo".

R\$ milhões

CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	POSIÇÃO ATÉ		VARIÇÃO SOBRE 2010	
	31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)	(a) - (b)	(a) / (b) %
Créditos da União, Estados e Municípios	26.213,17	1.025.021,70	(998.808,53)	-97%
Devedores – Entidades e Agentes	591,56	570,49	21,07	4%
Empréstimos e Financiamentos	1.108.418,32	960.687,28	147.731,04	15%
Provisão para Devedores Duvidosos – LP	(74.730,64)	(99.310,66)	(24.580,02)	-25%
Créditos a Receber	14.337,59	13.227,16	1.110,42	8%
Provisão para Perdas Prováveis	(6.586,01)	(7.291,81)	(705,81)	-10%
Investimentos	15.545,82	18.763,74	(3.217,92)	-17%
Dívida Ativa (LP)	1.116.591,79	-	1.116.591,79	-
Provisão para Dívida Ativa (LP)	(600.329,22)	-	600.329,22	-
Crédito Tributário a Receber (LP)	657.038,87	-	657.038,87	-
TOTAL	2.257.091,25	1.911.667,90	345.423,35	18%

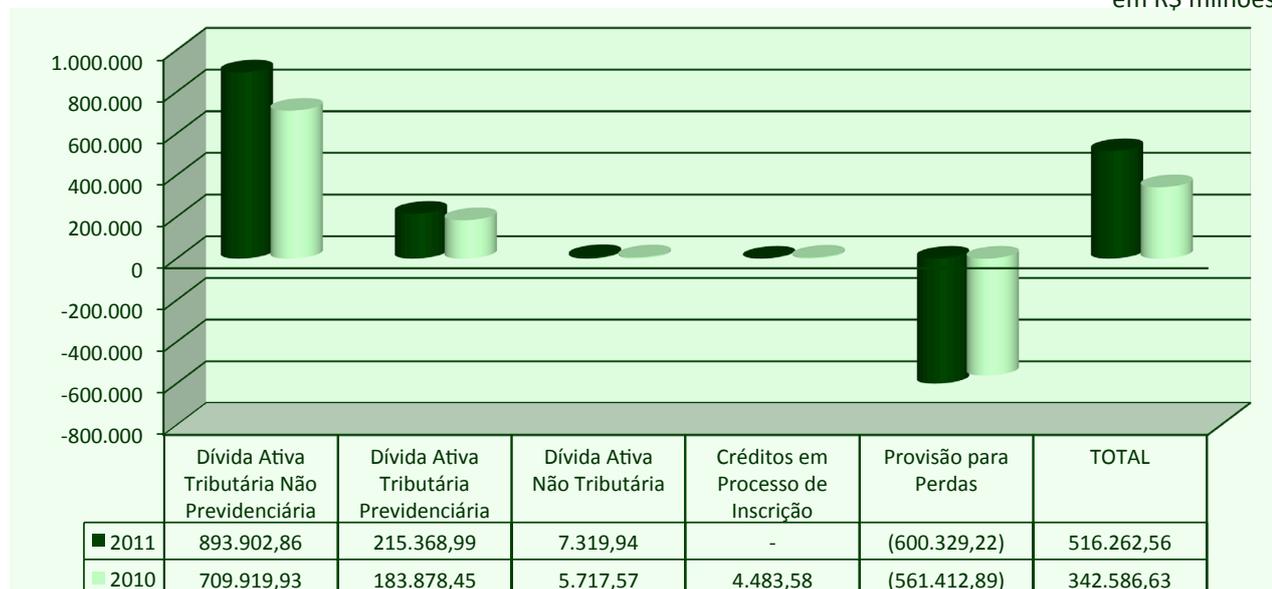
Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Em 2011 houve aumento da ordem de R\$345,4 bilhões nos Créditos Realizáveis a Longo Prazo. Desse montante, cerca de 50% decorrem do incremento no item "Dívida Ativa", principalmente, em função

dos créditos tributários não previdenciários, que apresentaram um aumento de aproximadamente R\$184 bilhões, não computada a provisão. A composição da dívida ativa está distribuída da seguinte forma:

Composição da Dívida Ativa

em R\$ milhões



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Balanço Patrimonial

Em dezembro de 2011, as diversas Procuradorias da Fazenda Nacional reconheceram provisão para devedores duvidosos no montante de R\$38,6 bilhões, relacionada à dívida ativa da União, em atendimento às normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, o que representou quase a totalidade das provisões lançadas.

Cabe ainda destacar o aumento no ativo "Empréstimos e Financiamentos" da ordem de R\$148 bilhões, no período analisado, devido, basicamente, às operações financeiras do Tesouro Nacional em contratos de refinanciamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

ATIVO NÃO FINANCEIRO – PERMANENTE – INVESTIMENTOS

Os Investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade.

A variação encontrada no item "Investimentos", da ordem de R\$43 bilhões, decorre em grande parte do ganho com a avaliação das participações societárias da União, apurado por meio do Método da Equivalência Patrimonial – MEP, em duas empresas: Banco do Brasil e BNDES. O ganho obtido com o primeiro foi de aproximadamente R\$9 bilhões e com o segundo, R\$31 bilhões, sendo esse ganho, basicamente, decorrente dos ajustes de variação patrimonial dos ativos da BNDESPAR, empresa coligada ao BNDES.

Em maio de 2011, o Tesouro Nacional concretizou a transferência de ações da Petrobrás e Eletrobrás para o BNDES e para a Caixa Econômica Federal – CEF, com vistas ao aumento do capital dessas entidades e, conseqüente, aumento de sua participação nesses bancos, conforme previsto no Decreto nº7.439, de 16 de fevereiro de 2011.

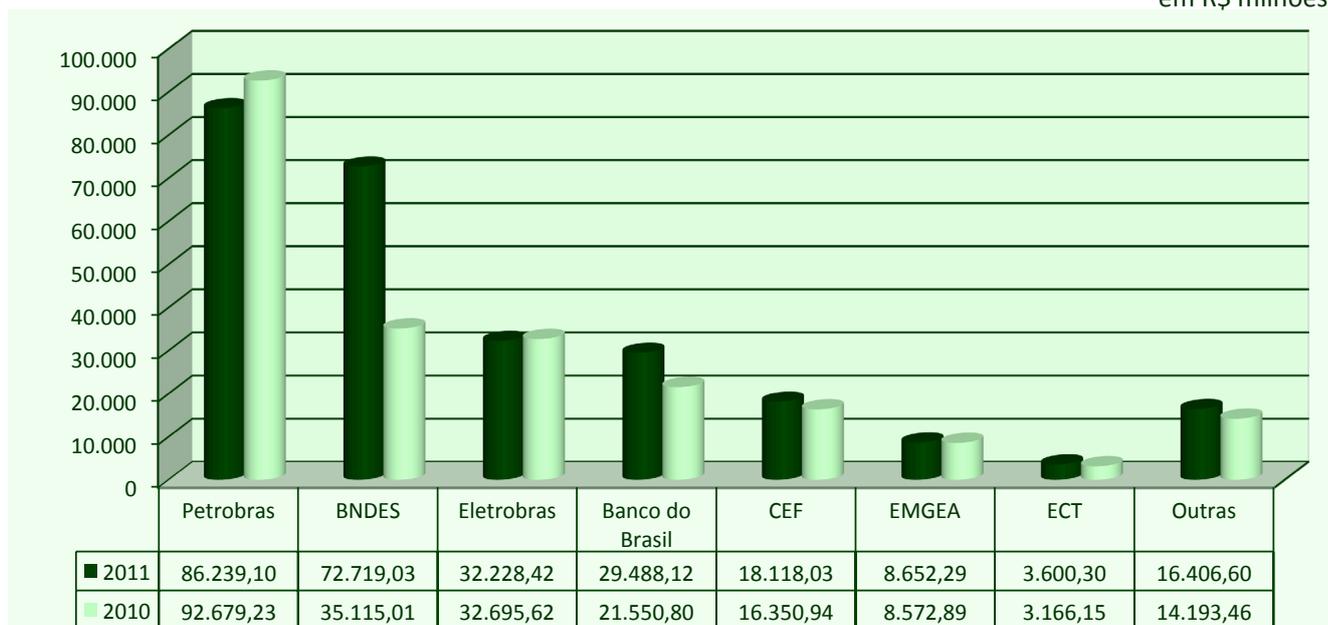
Tais transferências de ações, embora não impactem o saldo do item "Investimentos", pois se caracterizam como permuta de um investimento por outro, merecem destaque em função da movimentação de valores da ordem de R\$8,6 bilhões, distribuídos da seguinte forma (valores arredondados):

- R\$6,4 bilhões em ações da Petrobrás investidos no BNDES;
- R\$2 bilhões em ações da Petrobrás investidos na CEF; e
- R\$200 milhões em ações da Eletrobrás investidos na CEF.

As variações nas participações societárias em empresas da União são objeto de monitoramento pela Coordenação-Geral de Participações Societárias – COPAR, da Secretaria do Tesouro Nacional. Atualmente, as principais participações da União em empresas, dependentes ou não dependentes, estão demonstradas no gráfico a seguir.

Participações Societárias da União - MEP

em R\$ milhões



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Balanço Patrimonial

ATIVO NÃO FINANCEIRO – PERMANENTE – IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

No exercício de 2010, para fins de evidenciação do patrimônio da União de forma mais fidedigna, a Secretaria do Tesouro Nacional disponibilizou a Macrofunção “02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações”, que contém definições e procedimentos contábeis para o ajuste ao valor correto dos bens do imobilizado.

Foi demandado aos gestores que iniciassem o procedimento da depreciação pelos bens móveis

adquiridos, incorporados ou colocados em utilização a partir de janeiro de 2010, uma vez que estes apresentam um valor inicial confiável, não necessitando ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável.

Após o encerramento dessa primeira etapa, o administrador aplicaria a depreciação aos bens adquiridos em exercícios anteriores a 2010, após o ajuste da reavaliação ou redução dos valores.

Em 2011, foi iniciado o processo de reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão de aeronaves, embarcações, equipamento de processamento de dados e veículos de tração mecânica.

Para os exercícios seguintes, estão previstos os seguintes grupos de ativos, conforme cronograma estabelecido pela STN:

GRUPOS DE ATIVOS	PRAZO MÁXIMO
Aparelhos e equipamentos de comunicação	2012
Máquinas e equipamentos industriais	2012
Aparelhos, equipamentos médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	2013
Mobiliário em geral	2013

No que diz respeito aos bens imóveis, ressalta-se a variação ocorrida nos imóveis de uso especial

da União, que apresentaram um incremento de aproximadamente R\$21,5 bilhões.



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Balanço Patrimonial

PERMANENTE – INTANGÍVEL

O Intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Neste grupo, destaca-se o item “Softwares”, que representa 71% do grupo, e o acréscimo ocorrido neste item (cerca de R\$272 milhões), no exercício de 2011, representou 92% das variações positivas do grupo no mesmo período.

Da variação total do item “Softwares”, cerca de R\$146 milhões se referem ao reconhecimento de softwares relacionados à Receita Federal do Brasil, desenvolvidos pelo SERPRO.

PASSIVO FINANCEIRO – DEPÓSITOS

Os Depósitos são representados por valores recolhidos por terceiros à União, em cumprimento a

determinações legais ou contratuais, e não devolvidos até o último dia do exercício.

Em 2011, o item “Depósitos” teve um crescimento de 74% em relação a 2010 (cerca de R\$13,4 bilhões), basicamente, em função do acréscimo ocorrido no item “Depósitos de Diversas Origens”, em conta relativa ao parcelamento de débitos tributários instituído pela Lei nº11.941, de 27 de maio de 2009.

Além disso, no item “Consignações”, que apresentou um aumento de 331% (cerca de R\$116 milhões), destaca-se o acréscimo referente à retenção de Tributos Estaduais e Municipais por força da legislação aplicável.

A tabela a seguir demonstra os valores depositados, em 31/12/2011.

R\$ milhões	
DEPÓSITOS (Posição até 31/12/2011)	VALOR
Depósitos de Diversas Origens	30.634,38
Recursos do Tesouro Nacional	584,79
Consignações	150,95
Depósitos Compulsórios	91,46
Bloqueio de Transferência Constitucional	28,68
TOTAL	31.490,27

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

PASSIVO FINANCEIRO – OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO

As obrigações em circulação, no valor de quase

R\$150 bilhões em 2011, representam 82% do Passivo Financeiro e são constituídas pelos seguintes itens:

PASSIVO FINANCEIRO OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	R\$ milhões	
	31/12/2011	31/12/2010
Restos a Pagar Processados	23.088,67	24.755,54
Restos a Pagar Não Processados	116.937,76	103.282,26
Credores Diversos	1.961,84	1.507,88
Valores em Trânsito Exigíveis	3,46	3,72
Recursos Especiais a Liberar para Transferência	6.330,98	6.927,92
Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento	464,86	33.030,60
Recursos Vinculados – Entidades com Termo de Coop. Técnica	614,98	304,03
Outras Obrigações a Pagar	183,47	434,09
TOTAL	149.586,02	170.246,04

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

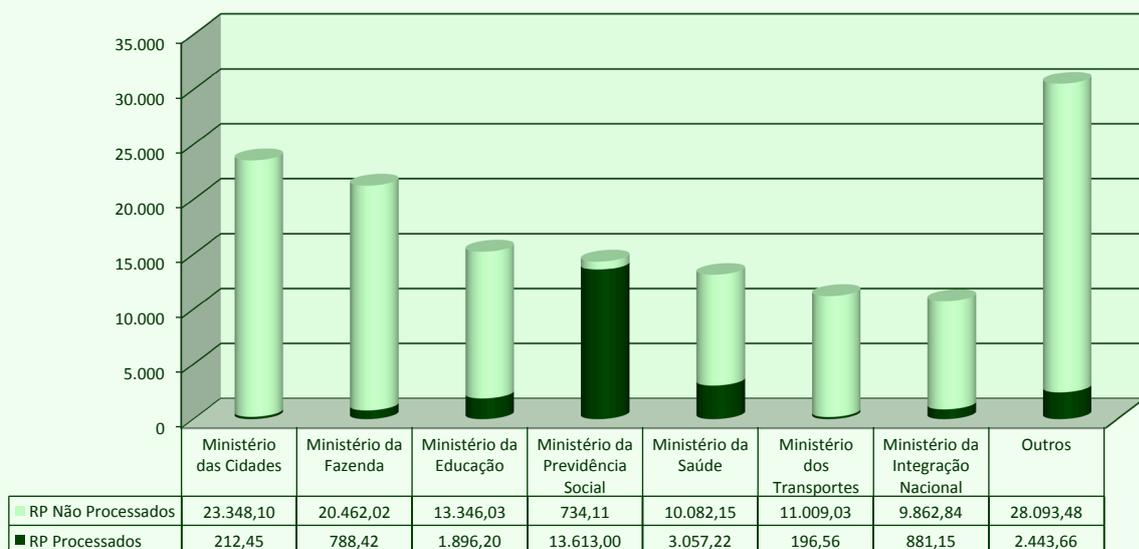
Os restos a pagar, processados e não processados, destacam-se na tabela acima pelo volume de recursos

que representam, e estão detalhados, por órgão, no gráfico a seguir.

Balanço Patrimonial

Passivo Financeiro - Obrigações em Circulação - Restos a pagar

em R\$ milhões



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Cabe ressaltar que, no Ministério da Previdência Social, a quase totalidade de restos a pagar (cerca de 95%) refere-se aos processados.

O valor dos restos a pagar no final do ano é normalmente maior, porque ocorre a inscrição dos saldos de empenhos a liquidar em restos a pagar não processados, e dos saldos de empenhos liquidados e não pagos, em restos a pagar processados. Em contrapartida, o saldo diminui ao longo do exercício, à medida que os valores são pagos.

Outro destaque do grupo "Obrigações em Circulação" é o item "Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento", cujo valor se refere a recursos a liberar pelo Órgão Central de Programação Financeira, relativos ao Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, registrados no Ativo Financeiro, subgrupo "Créditos em Circulação". Esse item sofreu grande redução em 2011 (R\$32,6 bilhões), por ter sido incluído, juntamente com o item "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento", no processo de consolidação que exclui as operações entre as unidades da União, o que reduziu a influência desses itens no Passivo e no Ativo, respectivamente.

Porém, após essas alterações, restou ainda uma diferença no Passivo (R\$465 milhões), devido ao fato de algumas entidades não pertencentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – OFSS utilizarem, dentro do OFSS, a conta Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento, enquanto a sua contrapartida, a conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, é utilizada fora do OFSS.

Esses procedimentos contribuíram para melhorar a consistência das informações, com reflexo na consolidação dos ativos e passivos da União como unidade contábil.

PASSIVO FINANCEIRO – VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO

O item "Valores Pendentes a Curto Prazo" tem o seu montante composto por dois itens, que evidenciam a receita bruta e o recolhimento bruto. Tanto a receita bruta quanto o recolhimento bruto demonstram o financeiro recolhido, porém ainda não classificado. Dessa maneira, os valores pendentes aumentam quando há maior quantidade de financeiro sem a correspondente classificação, e diminuem conforme esse montante é classificado. A diferença entre esses dois itens está no fato de a receita bruta evidenciar o montante recolhido por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF, e o recolhimento bruto evidenciar o montante recolhido por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

Ao longo do ano, o item em questão pode apresentar saldo invertido, porque algumas vezes, no caso de recolhimento por meio de DARF, devido a questões operacionais, a informação da classificação do financeiro (que causa um débito na conta) é enviada antes da própria informação de entrada do financeiro (que causa o respectivo crédito na conta).

A nota explicativa do Balanço Patrimonial, referente ao item "Ativo Financeiro – Créditos em Circulação", contempla alguns esclarecimentos sobre os "Valores Pendentes a Curto Prazo".

PASSIVO NÃO-FINANCEIRO – OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO

No início do exercício, o item "Obrigações em Circulação" aumenta, em grande parte, devido à transferência do longo para o curto prazo das obrigações contraídas por meio de operações de crédito.

Essa variação positiva das Operações de Crédito em relação ao exercício de 2010, que atingiu cerca de R\$238

Balanço Patrimonial

bilhões no 1º trimestre, foi se reduzindo ao longo do restante do ano em função dos pagamentos efetuados, fechando o ano de 2011 com aproximadamente R\$65 bilhões abaixo do valor de 2010.

A análise das “Obrigações em Circulação”, em conjunto com o item “Exigível a Longo Prazo”, nos permite visualizar o movimento natural de endividamento e pagamento de dívidas, ou seja, as dívidas de longo prazo contraídas anteriormente passam para o curto prazo e vão sendo pagas ao longo do ano, ao mesmo tempo em que novas dívidas de longo prazo são contraídas para financiar as atividades do setor público.

O item “Resultado Negativo do BACEN” compunha o total do item “Outros Credores – Entidades e Agentes”

até o exercício de 2010. No entanto, em função do valor apresentado em 2011 (cerca de R\$93 bilhões), esse resultado passou a compor uma rubrica própria.

O “Resultado Negativo do BACEN” apresentou um aumento de pouco mais de R\$44 bilhões, ocorrido basicamente em função do registro do resultado negativo do custo das reservas do Banco Central, referente a 2011, de acordo com informação da Coordenação-Geral de Controle da Dívida – CODIV, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Outro item com rubrica própria foi “Resíduos de Contratos Liquidados – FCVS”, que antes compunha a rubrica “Outros Débitos a Pagar”, com valor significativo em 2011. Essas alterações estão evidenciadas no quadro abaixo.

R\$ milhões

PASSIVO NÃO FINANCEIRO OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	POSIÇÃO ATÉ	
	31/12/2011	31/12/2010
Operações de Crédito	488.493,02	553.023,61
Resultado Negativo do BACEN	92.835,83	-
Resíduos de Contratos Liquidados – FCVS	58.555,40	-
Outros Débitos a Pagar	1.360,62	59.580,32
Outros Credores – Entidades e Agentes	7.917,09	51.554,58
Retificação de RP Não Proc. a Liquidar	(116.937,76)	(103.282,26)
Outros	30.198,61	23.805,73
TOTAL	562.422,81	584.681,97

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Por último, a “Retificação de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar” normalmente vai diminuindo ao longo do exercício, porém no final do exercício recebe um novo lançamento que eleva significativamente o seu saldo. Esse procedimento em 2011 gerou um aumento de, aproximadamente, R\$13,7 bilhões em relação a 2010.

Ressalta-se que, por sua natureza, os restos a pagar não processados não constituem obrigações patrimoniais, mas existem alguns valores que constituem verdadeiros passivos exigíveis, não cabendo o registro correspondente nesta conta retificadora. Isso ocorre devido a questões administrativas ou operacionais como, por exemplo, no caso em que o bem é entregue, mas não há tempo hábil para que o seu processo de liquidação seja efetuado. Por isso, será implementada rotina contábil para que o gestor possa identificar individualmente os casos de RP não processados, que configurem verdadeiras exigibilidades, o que, provavelmente, acontecerá no exercício de 2012.

PASSIVO NÃO-FINANCEIRO – EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Ao longo dos primeiros meses do ano, são executados vários lançamentos que transferem valores de obrigações de longo para curto prazo, de acordo com as especificidades de cada contrato, o que justifica quase a totalidade da diferença entre o saldo do “Exigível a Longo Prazo” em dezembro de 2010 e o saldo do primeiro trimestre de 2011.

Nos trimestres seguintes, ocorreram aumentos significativos no “Exigível a Longo Prazo”, de cerca de R\$507 bilhões, que representam novas contratações de operações de crédito, principalmente internas. Com essas contratações, o valor do “Exigível a Longo Prazo” acabou por ultrapassar o valor de dezembro de 2010 ainda no 3º trimestre, fazendo com que a diferença percentual do total do grupo, que era de 12% negativa no 1º trimestre, fechasse o exercício em 14% positiva.

A análise do “Exigível a Longo Prazo” em conjunto com o item anterior, “Obrigações em Circulação”, nos permite visualizar o movimento natural de endividamento e pagamento de dívidas, ou seja, as dívidas de longo prazo contraídas anteriormente passam para o curto prazo e

Balanço Patrimonial

vão sendo pagas ao longo do ano, ao mesmo tempo em que novas dívidas de longo prazo são contraídas para financiar as atividades do setor público.

Segue abaixo a tabela com a composição do "Exigível a Longo Prazo".

R\$ milhões

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	POSIÇÃO ATÉ	
	31/12/2011	31/12/2010
Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	2.221.145,56	1.947.436,52
Outros	29.528,92	27.644,76
TOTAL	2.250.674,48	1.975.081,28

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CAPITAL SOCIAL

O Patrimônio Líquido – PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida da União,

ou seja, representa a diferença entre o "Ativo Real" e o "Passivo Real". O quadro abaixo apresenta a estrutura atual do Patrimônio Líquido.

R\$ milhões

Patrimônio Líquido	2011	2010
Capital Social	16.599,65	581.761,19
Reservas	5.484,84	4.907,07
Ajuste de Exercícios Anteriores	4.956,00	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19,99	1,75
Resultados Acumulados	854.645,47	(5.832,92)
Resultado do Exercício	292.271,97	-
Resultados de Exercícios Anteriores	562.373,51	-
TOTAL	881.705,96	580.837,09

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

A quase totalidade da variação do subgrupo "Capital Social" se deve ao fato de que, até o exercício de 2010, tal item continha a conta "Patrimônio", que teve seu saldo transferido para o item "Resultado de Exercícios Anteriores", que integra o subgrupo "Resultados Acumulados".

A conta "Patrimônio" representava os valores do resultado acumulado da administração direta, das autarquias, fundações, fundos da administração indireta e de alguns fundos da administração direta, que compõem o patrimônio social da União. Desde 2011, o resultado dessas entidades passou a ser apurado dentro do "Resultado do Exercício", juntamente com as demais entidades.

Dessa forma, restaram no subgrupo "Capital Social" apenas as contas que representam o capital social das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de alguns fundos da administração direta, o que justificou a mudança do nome desse item de "Patrimônio Social/Capital Social" para "Capital Social".

PATRIMÔNIO LÍQUIDO – RESERVAS

A variação encontrada nesse item se deve, em grande parte, ao aumento das Reservas de Transferências para Aumento de Capital, relacionadas aos Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital – AFAC.

Vale ressaltar que na empresa VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., houve uma baixa da reserva de capital no valor de aproximadamente R\$2,6 bilhões, em função da capitalização autorizada por Decreto Presidencial s/nº, de 9 de novembro 2011, e aprovada pela 53ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2011. Esse valor corresponde exatamente ao montante de sua reserva de capital em 31 de dezembro de 2010.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O valor de aproximadamente R\$5 bilhões, apresentado no item Ajuste de Exercícios Anteriores, corresponde principalmente a registros referentes a mudanças de critérios contábeis e outros procedimentos sob orientação da Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União, tais como:

- reconhecimento de créditos tributários e o registro da provisão relacionada a esses créditos;
- contabilização da depreciação, que envolve a reavaliação de bens;
- baixa dos adiantamentos relativos ao 13º salário e férias de exercícios anteriores; e
- baixa de saldo das provisões para perdas de créditos realizáveis a longo prazo, no Ministério da Fazenda.

Balanço Patrimonial

A conta contábil que compõe esse item foi criada em 2010, ano em que se iniciaram essas mudanças, porém em dezembro desse mesmo ano aparece zerada, pois seu saldo foi transferido para a linha "Patrimônio" no encerramento daquele exercício.

Em 2011, cerca de R\$5 bilhões apresentados neste item deveriam ter sido transferidos para o item "Resultados de Exercícios Anteriores" (que substituiu o item "Patrimônio", conforme explicado anteriormente), o que será realizado no início de 2012.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO – RESULTADOS ACUMULADOS

Em 2011, o item "Resultados Acumulados" foi subdividido em dois novos itens: "Resultado do Exercício" e "Resultado de Exercícios Anteriores".

Ao longo do exercício, o item chamado "Resultado do Período" representa o resultado do confronto entre variações ativas e passivas apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP. No entanto, no processo de encerramento, os saldos de todas as variações (ativas e passivas) são transferidos para uma conta transitória, para apuração do resultado final, que

será transferido para o item "Resultado do Exercício". A partir de então, cada entidade efetua a distribuição de suas reservas, de acordo com suas normas específicas.

Ressalta-se que o item "Resultado do Exercício" é o responsável por quase toda a diferença verificada no grupo "Patrimônio Líquido", no ano de 2011. Por outro lado, o item "Resultado de Exercícios Anteriores" representa, basicamente, o fato de que este item passou a contabilizar as operações relativas ao patrimônio social da União, conforme explicado anteriormente. Grande parte do superávit apurado no resultado do exercício, em 2011, deve-se aos reconhecimentos dos créditos e ajustes da dívida ativa da União pelo Ministério da Fazenda.

COMPENSADO – ATIVO E PASSIVO

A composição do Ativo e Passivo Compensados é apresentada a seguir.

No exercício de 2011, a variação total do ativo e passivo compensados foi positiva, da ordem de 4%, não afetando significativamente os totais do Ativo e Passivo.

R\$ milhões

ATIVO COMPENSADO		POSIÇÃO ATÉ 31/12/2011
Responsabilidades por Valores, Títulos e Bens		111.106,78
Garantias de Valores		211.050,97
Direitos e Obrigações Conveniados		150.460,90
Direitos e Obrigações Contratuais		278.501,71
Outras Compensações		275.526,46
TOTAL		1.026.646,82
PASSIVO COMPENSADO		POSIÇÃO ATÉ 31/12/2011
Valores, Títulos e Bens sob Responsabilidade		111.106,78
Valores em Garantia		211.050,97
Direitos e Obrigações Conveniados		150.460,90
Direitos e Obrigações Contratadas		278.501,71
Compensações Diversas		275.526,46
TOTAL		1.026.646,82

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais apresenta as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

As alterações verificadas no patrimônio podem ser quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Por outro lado, as variações qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

RECEITAS CORRENTES

O aumento total da arrecadação das receitas correntes em 2011, comparado com 2010, foi da ordem de R\$150 bilhões. Destes, cerca de R\$143 bilhões se referem ao aumento na arrecadação de receitas federais administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e de outras receitas recolhidas por DARF ou GPS, porém administradas por outros órgãos.

Dos R\$143 bilhões citados, R\$139 bilhões se referem ao aumento na arrecadação das receitas administradas pela RFB, com destaque para as receitas tributárias e de contribuições e, segundo a própria Receita Federal, decorreu fundamentalmente da conjugação dos seguintes fatores:

- comportamento dos principais indicadores macroeconômicos, conforme tabela abaixo;

VARIAÇÃO DOS INDICADORES EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	FATO GERADOR DA ARRECADAÇÃO	
	NOV 2011 NOV 2010	DEZ 2010 a NOV 2011 DEZ 2009 a NOV 2010
Produção Industrial (PIM/IBGE)	-2,54%	0,58%
Volume Geral de Vendas (PMC/IBGE)	3,20%	7,65%
Massa Salarial	15,61%	15,60%
Variação do Valor em Dólar das Importações	17,27%	25,45%

- consolidação e antecipação de parcelas, em especial no período de junho a agosto, de débitos parcelados em conformidade com a Lei nº11.941 de 27 de maio de 2009;
- recolhimento relativo à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, no valor de R\$5,8 bilhões, em razão de encerramento de questionamentos na esfera judicial;
- encerramento das desonerações relativas ao IPI incidente sobre automóveis, a partir de abril de 2010; e
- ganho de capital na alienação, com lucro, de bens e direitos.

RECEITAS DE CAPITAL – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A variação de aproximadamente R\$65 bilhões em 2011, em relação a 2010, apresentada no item “Receitas de Capital – Operações de Crédito” se deve, principalmente, ao aumento com a receita de emissão de títulos para refinanciamento da dívida pública no mercado interno, no valor de quase R\$67 bilhões.

Para melhor entendimento, é necessário explicar alguns pontos acerca do procedimento de refinanciamento da dívida:

- visando o pagamento de suas dívidas, o Tesouro Nacional, para arrecadar recursos,

efetua uma “operação de crédito”: emite e vende títulos públicos no mercado;

- esses títulos podem ser emitidos para pagar o principal da dívida, os juros da dívida ou o resultado negativo do Banco Central do Brasil – BACEN;
- os recursos arrecadados por meio dessas operações de crédito serão mantidos no “Caixa”, na Conta Única da União, para fazer face aos futuros pagamentos da dívida, compondo uma reserva financeira comumente conhecida por “Colchão da Dívida”;
- o “Colchão da Dívida” aumenta quando recursos são arrecadados e diminui quando dívidas são pagas. Nesse processo, é comum que recursos que não foram utilizados para pagamento ao longo do ano formem um superávit financeiro ao final do exercício. Esse superávit constituirá o “colchão” inicial do exercício seguinte;
- a “Receita para Refinanciamento” é a receita obtida por meio dessas operações de crédito (venda de títulos no mercado), para pagar a própria dívida, o que

Demonstração das Variações Patrimoniais

originou o termo “refinanciamento”. O pagamento da dívida pode ocorrer em um momento futuro ou no mesmo momento da obtenção da receita em uma operação casada; e

- f) apesar de vinculada ao pagamento da dívida pública, a “receita para refinanciamento” não evidencia a despesa efetiva com o pagamento da dívida, porque os recursos para pagamento saem do “Colchão da Dívida”, que contém, além das receitas arrecadadas no exercício, o superávit do exercício anterior.

Até junho de 2011, as operações de crédito internas apresentaram uma variação positiva, em relação a 2010, da ordem de R\$51 bilhões, principalmente em função de duas outras variações: uma que diminuiu a receita para refinanciamento em aproximadamente R\$53 bilhões e a outra que aumentou essa mesma receita em aproximadamente R\$105 bilhões, conforme a seguinte explicação:

- a) no exercício de 2010, até junho, houve a necessidade de emissão de títulos, da ordem de R\$55 bilhões de reais, para pagamento do Resultado Negativo do BACEN, contra cerca de R\$2 bilhões até junho 2011, o que gerou uma receita de operações de crédito maior em 2010 (cerca de R\$53 bilhões) para essa finalidade;

- b) por outro lado, a NTN-B, um tipo de título público, tem com regra, se ano ímpar, vencimento em 15 de maio; se ano par, vencimento em 15 de agosto. Dessa forma, no exercício de 2011, o vencimento das NTN-B foi em maio, enquanto no exercício de 2010 tal vencimento ocorreu somente em agosto. Com isso, em maio de 2011, houve a necessidade de emissão de títulos para pagamento das NTN-B que estavam vencendo, fato que não ocorreu em maio de 2010. Assim, explica-se uma receita de operações de crédito, até junho de 2011, cerca de R\$105 bilhões maior que a do mesmo período de 2010.

No 3º trimestre, a receita com emissão de títulos foi cerca de R\$34 bilhões maior em 2010 do que em 2011, causada principalmente pelo vencimento das NTN-B em agosto daquele ano, o que contribuiu significativamente para a redução da diferença nas operações de crédito internas, de R\$51 para R\$17 bilhões.

No entanto, no 4º trimestre, a emissão de títulos voltou a ser maior em 2011 (quase R\$49 bilhões), causada principalmente por um volume maior de pagamentos (cerca de R\$37 bilhões), e outras emissões para compor o saldo do “Colchão da Dívida”, o que fez com que a diferença nas operações de crédito internas fechasse o exercício em quase R\$67 bilhões.

R\$ milhões

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS POR FINALIDADE	POSIÇÃO ATÉ		
	31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)	(a) – (b)
Administração da Dívida Pública	557.701,05	437.666,88	120.034,16
Resultado negativo do BACEN	2.004,48	55.333,74	(53.329,26)
Títulos da Dívida Agrária	685,93	428,71	257,22
Outras Finalidades	375,26	721,00	(345,73)
TOTAL	560.766,72	494.150,33	66.616,38

Valores constantes na Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV do Ministério da Fazenda para operações no mercado interno

RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE BENS

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 44, veda a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

O demonstrativo da receita de capital obtida com alienação de ativos e sua correspondente aplicação é publicado pela União no Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, e pode ser acessado

no seguinte endereço de internet:

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/lei_responsabilidade/RR0dez2011.pdf

As receitas com alienação de bens cresceram cerca de 105% em relação a 2010, e tiveram como origem principal as receitas auferidas com as vendas de produtos pertencentes aos Estoques Reguladores e Estratégicos, adquiridos por meio das Aquisições do Governo Federal – AGF, instrumento integrante da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, cuja execução é de competência da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Outra importante parcela da receita com alienação de bens, cerca de R\$366 milhões, está relacionada à equalização de preços, que corresponde à cobertura, pelo Tesouro Nacional, da diferença entre o custo efetivo do produto e o valor das vendas, quando este é menor.

RECEITAS CORRENTES – DEDUÇÕES

Na Demonstração das Variações Patrimoniais, as receitas orçamentárias são demonstradas pelo

valor bruto e as deduções em uma linha separada na demonstração. Por outro lado, no Balanço Orçamentário, as receitas orçamentárias são demonstradas pelo valor líquido, ou seja, deduzidas as restituições, os incentivos fiscais, as compensações, os descontos e as deduções.

O gráfico abaixo detalha as maiores deduções, por origem de receita.

Deduções da Receita por Origem
em R\$ milhões



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS – INCORPORAÇÕES DE ATIVOS, DESINCORPORAÇÕES DE PASSIVOS E AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Uma grande parte da diferença existente nesses itens, entre os valores de 2011 e 2010, da ordem de R\$415 bilhões, é devido a um problema ocorrido em uma rotina contábil específica do encerramento do exercício. A explicação técnica acerca da ocorrência que gerou a diferença está detalhada na versão completa do BGU disponível no seguinte endereço de internet:

<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/2011/Arquivos/Parte-V/PARTE%20V.pdf>.

A diferença restante existente no item “Incorporações de Ativos” se deve, basicamente, à incorporação de novos créditos tributários pela Receita Federal do Brasil, com destaque para os referentes a “Créditos de Contribuições” e “Créditos de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria”.

R\$ milhões

ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	POSIÇÃO ATÉ	
	31/12/2011	31/12/2010
Reavaliações de Bens	20.506,34	9.478,29
Reavaliações de Títulos e Valores	6.808,62	8.704,72
Ajustes de Créditos	229.476,62	128.548,71
Outros	926,88	498,49
TOTAL	257.718,46	147.230,20

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Demonstração das Variações Patrimoniais

ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS – AJUSTE DE BENS, VALORES E CRÉDITOS

O item Reavaliação de Bens apresentou uma variação de 116% (cerca de R\$11 bilhões) em relação a 2010, devido basicamente às reavaliações de imóveis realizadas por meio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUNet).

Os outros grandes valores de reavaliações foram realizados no Ministério da Defesa (R\$7,6 bilhões) e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (R\$938 milhões).

O item Ajustes de Créditos sofreu uma variação de mais de R\$100 bilhões (79%) em relação a 2010. Dentre as maiores diferenças encontradas, houve um lançamento no Ministério da Fazenda no montante de R\$24,6 bilhões, referente à reversão da provisão para devedores duvidosos.

Além disso, houve uma variação de R\$46,6 bilhões em Atualizações Monetárias Não Financeiras, a maior parte também no Ministério da Fazenda, com lançamentos relacionados à atualização da dívida ativa não tributária e atualização de empréstimos e financiamentos concedidos (este último com destaque para uma atualização da ordem de R\$25 bilhões no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES).

Por último, dentro desse grupo de contas houve a inclusão de uma nova subconta relacionada à rotina de atualização da dívida ativa, em Variações Extraordinárias da Dívida Ativa, que teve lançamentos

da ordem de R\$29 bilhões. Essas variações, de acordo com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, são todas as ocorrências que provocam variação no estoque da dívida ativa, que não são inclusões (inscrição e reativação da inscrição), exclusões (extinção do crédito) ou variações ordinárias (variação da SELIC ou do aumento do encargo legal).

ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS – AJUSTES DE OBRIGAÇÕES

De modo geral, os ajustes de obrigações decorrem principalmente da atualização monetária, da variação cambial e de ajustes de juros e encargos sobre obrigações de pagamento contraídas por meio de operações de crédito. Tais ajustes refletem operações que independem de execução orçamentária e, portanto, não necessitam de ação da Administração Pública.

Mais especificamente o ajuste de obrigações nas Variações Ativas representa a contrapartida contábil de um decréscimo naquelas obrigações de pagamento, ou seja, a contrapartida de uma redução na dívida pública decorrente de fatores extrínsecos.

Analisando a DVP, verifica-se que, nas “Variações Ativas”, o item “Ajuste de Obrigações” teve redução de R\$39 bilhões ao se comparar 2011 com 2010, e essa redução está evidenciada principalmente na Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV, da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, conforme demonstrado a seguir.

R\$ milhões

VARIACÃO ATIVA DAS OBRIGAÇÕES	POSIÇÃO ATÉ	
	31/12/2011	31/12/2010
Obrigações Internas	53.745,89	86.475,22
Atualização Monetária	12.955,39	1.607,85
Juros e Encargos	40.790,50	84.867,38
Obrigações Externas	11.938,34	18.218,79
Variação Cambial	11.938,34	18.218,79
TOTAL	65.684,22	104.694,01

Valores constantes na Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV do Ministério da Fazenda

DESPESAS CORRENTES – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

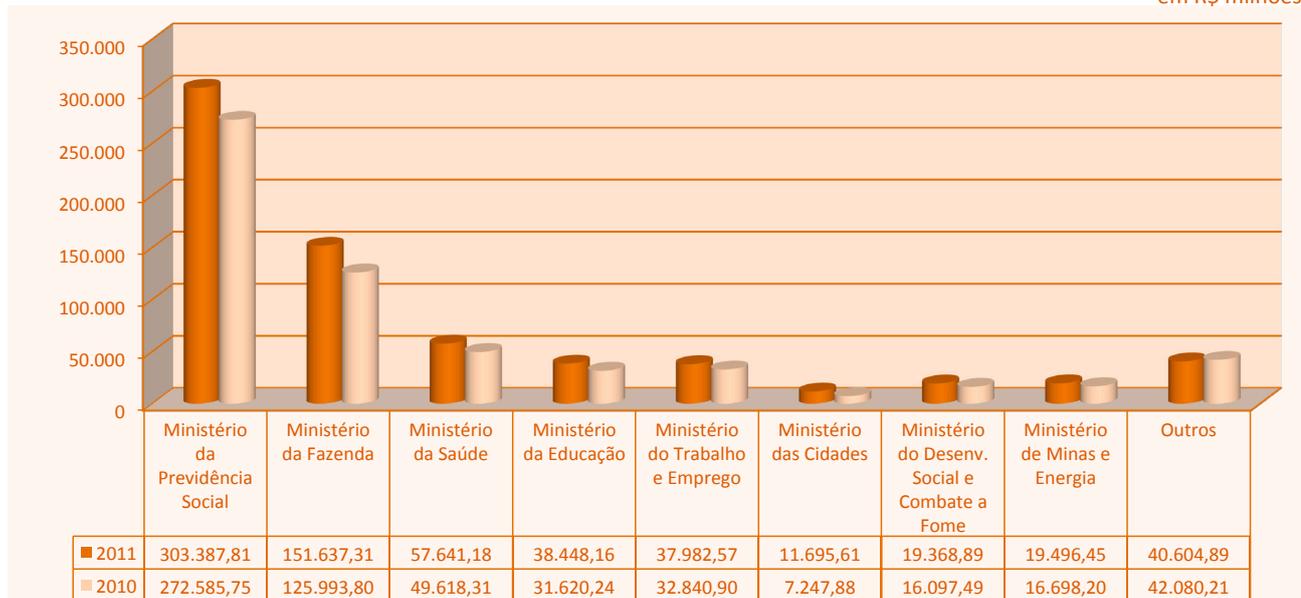
As Outras Despesas Correntes sofreram um aumento de quase R\$85,5 bilhões em relação a 2010. O

gráfico abaixo mostra as grandes alterações segregadas por órgão.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Outras Despesas Correntes

em R\$ milhões



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

No Ministério da Previdência Social, os maiores acréscimos constam das rubricas “Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas”, “Pensões”, “Outros Benefícios Previdenciários” e “Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso”, totalizando um aumento de quase R\$31 bilhões.

No Ministério da Fazenda, a quase totalidade da variação (R\$25,6 bilhões) se encontra nas transferências a Estados e ao Distrito Federal e nas transferências a Municípios, nas “Distribuições de Receitas”.

No Ministério da Saúde, a variação de cerca de R\$8 bilhões se deve, principalmente, ao aumento significativo das transferências fundo a fundo e a aquisição de bens no exercício.

No Ministério da Educação, a justificativa para o aumento de R\$6,8 bilhões se deve à criação de três novas universidades em 2010, cuja execução orçamentária passou a ser realizada em 2011. Além disso, nesse mesmo ano houve a inauguração de diversos “campus” que pertencem às estruturas dos Institutos Federais (criados em 2008, conforme Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008).

No Ministério do Trabalho e Emprego, houve um aumento expressivo nas despesas com “Seguro Desemprego – FAT”, “Abono Salarial – PIS” e “Abono Salarial – PASEP”, que totalizaram uma variação de quase R\$5 bilhões.

No Ministério das Cidades, a variação de mais de R\$4 bilhões se deve ao aumento das despesas para atender ao programa “Minha Casa, Minha Vida”.

No Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, houve um aumento de mais de R\$3 bilhões referentes ao aumento das despesas para atender ao programa “Bolsa Família”.

No Ministério de Minas e Energia, a quase totalidade da variação (R\$2,7 bilhões) se encontra nas transferências a Estados e ao Distrito Federal e nas transferências a Municípios, nas “Distribuições de Receitas”.

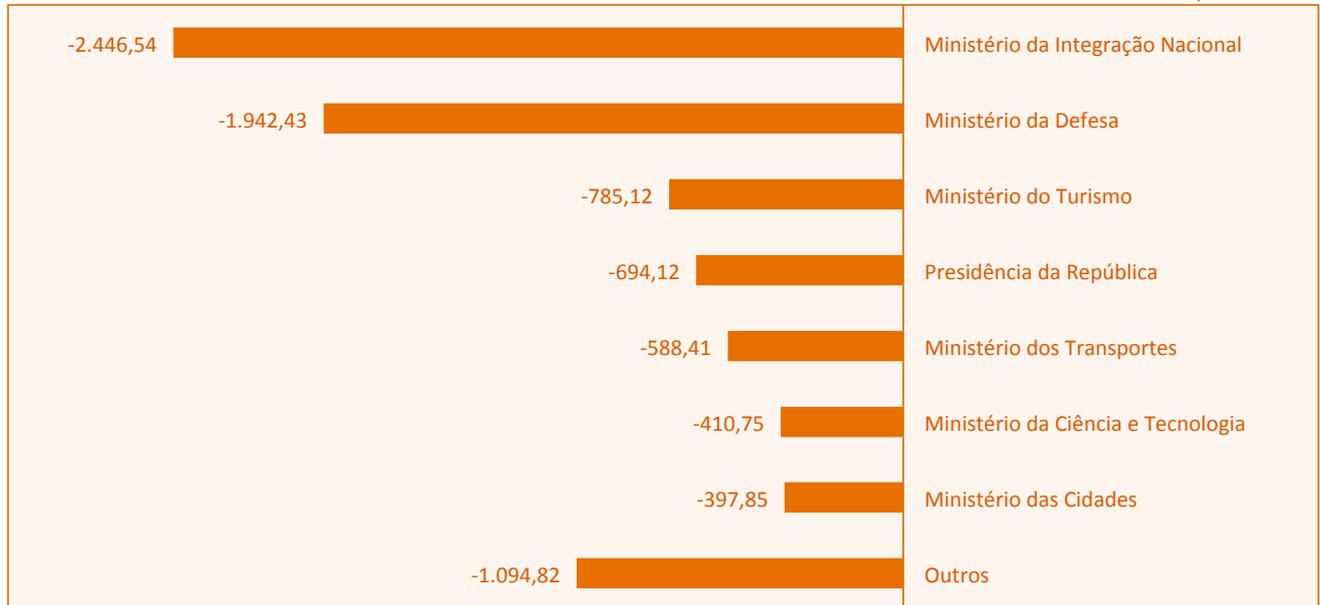
DESPEAS DE CAPITAL – INVESTIMENTOS

Comparando o valor investido em 2011 em relação a 2010, percebe-se uma redução de quase R\$5 bilhões.

Os gráficos a seguir demonstram os decréscimos e acréscimos mais significativos, por órgão.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Maiores Decréscimos em R\$ milhões



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Maiores Acréscimos em R\$ milhões



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Demonstração das Variações Patrimoniais

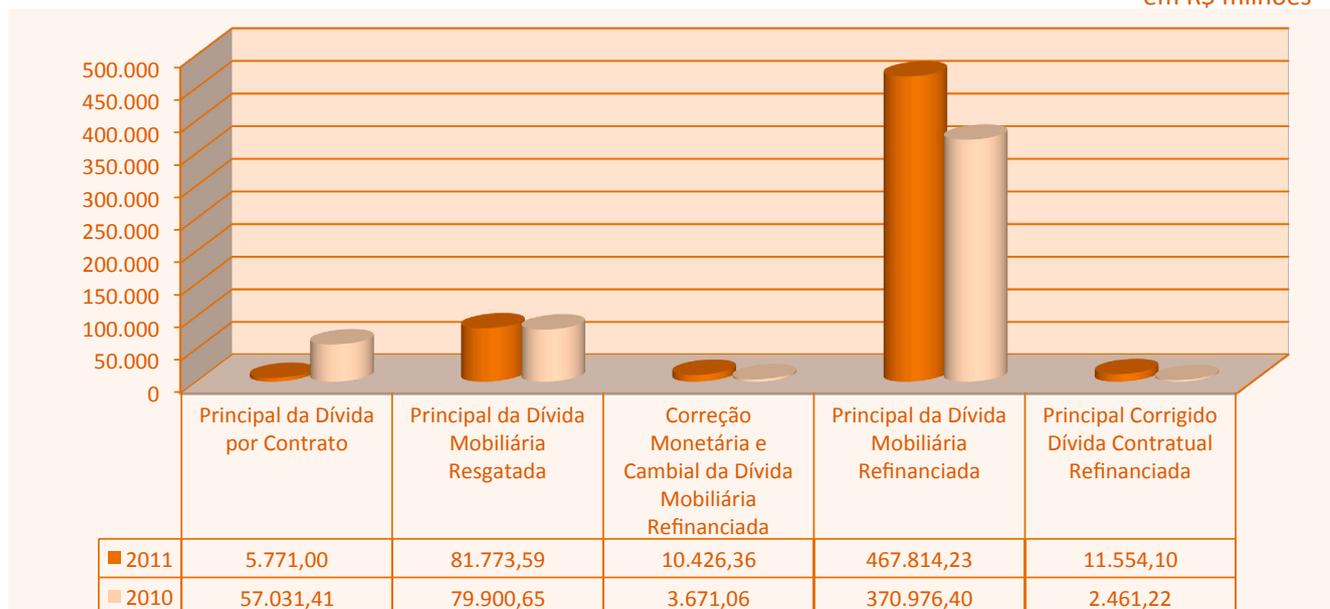
DESPESAS DE CAPITAL – AMORTIZAÇÕES

A diferença total das despesas realizadas com o pagamento do principal e da atualização monetária ou cambial de operações de crédito contratadas, mais o refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, foi da ordem de R\$63 bilhões a mais em 2011, comparado com 2010 (R\$514.040,74).

O gráfico abaixo demonstra a composição dessa despesa, entre o valor de amortização do principal da dívida, valores referentes a correções monetárias e cambiais e os valores atinentes ao refinanciamento.

Amortização e Refinanciamento da Dívida

em R\$ milhões



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS – AJUSTE DE BENS, VALORES E CRÉDITOS

O item Ajuste de Bens, Valores e Créditos encontra-se detalhado na tabela abaixo.

R\$ milhões

DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	POSIÇÃO ATÉ	
	31/12/2011	31/12/2010
Desvalorização de Bens	8.396,59	3.898,41
Desvalorização de Títulos e Valores	7.814,18	2.827,31
Ajustes de Créditos	68.587,27	66.876,18
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.440,75	766,94
Outros Ajustes Patrimoniais	86,89	-
TOTAL	86.325,68	74.368,84

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Demonstração das Variações Patrimoniais

Vale destacar que o item “Desvalorização de Bens” havia apresentado uma variação percentual de 449%, até setembro de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior, em virtude da desvalorização de imóveis de uso especial no SPIUNet. No entanto, no último trimestre de 2010, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Defesa registraram seus ajustes em valores superiores a R\$2 bilhões, fazendo com que a variação total das desvalorizações de 2011 em relação a 2010 diminuísse de 449% para 115%, como se pode observar no quadro acima.

DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS – AJUSTE DE OBRIGAÇÕES

De modo geral, o ajuste de obrigações decorre principalmente da atualização monetária, da variação cambial e de ajustes de juros e encargos sobre obrigações de pagamento contraídas por meio de

operações de crédito. Tais ajustes refletem operações que independem de execução orçamentária, portanto, sem ação da Administração Pública.

Mais especificamente, o ajuste de obrigações que consta das Variações Passivas representa a contrapartida contábil de um acréscimo naquelas obrigações de pagamento, ou seja, a contrapartida de um aumento na dívida pública decorrente de fatores extrínsecos.

Analisando a DVP, verifica-se que, nas “Variações Passivas”, o item “Ajuste de Obrigações” teve aumento de R\$13,4 bilhões ao se comparar 2011 com 2010, e esse aumento está evidenciado principalmente na Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV, da STN/MF, conforme demonstram os números na tabela a seguir.

R\$ milhões

VARIÇÃO PASSIVA DAS OBRIGAÇÕES	POSIÇÃO ATÉ	
	31/12/2011	31/12/2010
Obrigações Internas	336.679,13	328.726,36
Atualização Monetária	128.496,56	226.607,14
Juros e Encargos	208.182,58	102.119,22
Obrigações Externas	26.735,59	23.875,11
Variação Cambial	19.074,23	14.454,04
Juros e Encargos	7.661,37	9.421,07
TOTAL	363.414,73	352.601,47

Valores constantes na Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV do Ministério da Fazenda

AJUSTE DE OBRIGAÇÕES: CONFRONTO ENTRE ACRÉSCIMOS E DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS

Para melhor demonstrar o que ocorreu com as dívidas interna e externa, é necessário efetuar uma análise envolvendo o grupo de variações passivas, que aumentam a dívida, e o grupo de variações ativas, que diminuem a dívida.

As variações das dívidas sofrem impacto dos dois grupos devido à metodologia de cálculo dos ajustes,

que podem, ao longo do exercício, aumentar ou diminuir o valor total das obrigações.

Nos quadros seguintes, cujos valores foram obtidos junto à Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV, da STN/MF, as obrigações estão separadas em “Internas” e “Externas”, demonstrando os comportamentos de seus indexadores, juros e encargos e variações cambiais.

Demonstração das Variações Patrimoniais

R\$ milhões

OBRIGAÇÕES INTERNAS	POSIÇÃO ATÉ	
	31/12/2011	31/12/2010]
Atualização Monetária	115.541,17	224.999,29
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	(12.955,39)	(1.607,85)
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	128.496,56	226.607,14
Juros e Encargos	167.392,08	17.251,84
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	(40.790,50)	(84.867,38)
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	208.182,58	102.119,22
TOTAL	282.933,25	242.251,13
OBRIGAÇÕES EXTERNAS	POSIÇÃO ATÉ	
	31/12/2011	31/12/2010
Atualização Monetária	7.661,37	9.421,07
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	-	-
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	7.661,37	9.421,07
Variação Cambial	7.135,89	(3.764,75)
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	(11.938,34)	(18.218,79)
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	19.074,23	14.454,04
TOTAL	14.797,26	5.656,32

Valores constantes na Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV do Ministério da Fazenda

RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial positivo do exercício de 2011, no valor de mais de R\$292 bilhões, foi gerado principalmente em decorrência das variações orçamentárias. Em 2010, esse resultado patrimonial havia sido negativo, de R\$89,5 bilhões, evidenciando uma

evolução expressiva, de quase R\$382 bilhões (426%).

Porém, ao se comparar apenas o resultado extraorçamentário, nota-se uma diferença entre os dois exercícios de mais de R\$315 bilhões, o que explica um comportamento bastante distinto na variação patrimonial independente da execução orçamentária.

R\$ milhões

RESULTADO PATRIMONIAL	POSIÇÃO ATÉ	
	31/12/2011	31/12/2010
Resultado Orçamentário	237.896,60	171.044,99
Variações Ativas	2.569.983,15	2.253.623,30
Variações Passivas	(2.332.086,55)	(2.082.578,30)
Resultado Extraorçamentário	54.427,45	(260.616,83)
Variações Ativas	5.253.526,63	3.834.382,37
Variações Passivas	(5.199.099,18)	(4.094.999,19)
TOTAL	292.324,04	(89.571,83)

Valores constantes na Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública – CODIV do Ministério da Fazenda

Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário – BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Reflete o fato de que os registros contábeis da receita e da despesa ocorrem de forma a atender as especificações constantes da Lei Orçamentária Anual – LOA e dos créditos adicionais.

A análise do BO é de extrema importância para a definição dos indicadores de avaliação da gestão orçamentária, especialmente no que se refere à política fiscal, em função do impacto da arrecadação das receitas e da execução da despesa pública.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Os registros de classificação da receita são efetuados por meio de rotinas específicas e, de maneira geral, são divididas em dois grupos:

- receitas administradas pela Receita Federal do Brasil – RFB e arrecadadas por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF, bem como as receitas arrecadadas por meio de Guia da Previdência Social – GPS; e
- receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos e arrecadadas por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

As eventuais diferenças entre as informações de arrecadação por meio de DARF, GPS, GRU e os registros de classificação no SIAFI, decorrem dos registros de

reclassificação e retificação de receitas após o seu efetivo ingresso. Além disso, algumas receitas ingressam diretamente via operações diretas do Tesouro com o sistema financeiro, como é o caso das operações de crédito decorrentes de emissão de títulos do Tesouro. O registro contábil da receita contempla, além da arrecadação efetivada, as restituições, retificações, compensações e incentivos fiscais, sendo efetuado considerando-se os valores líquidos das receitas.

PREVISÃO INICIAL E ATUALIZADA DA RECEITA VERSUS DOTAÇÃO INICIAL E ATUALIZADA DA DESPESA

O Balanço Orçamentário evidencia o montante das receitas e despesas previstas em comparação com os valores realizados.

O Balanço Orçamentário consolidado contempla informações de todos os órgãos e entidades pertencentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e apresenta, no exercício de 2011, uma previsão inicial da receita no valor de R\$1.966.015.896.211,00 e uma dotação inicial da despesa no valor de R\$1.964.392.359.391,00.

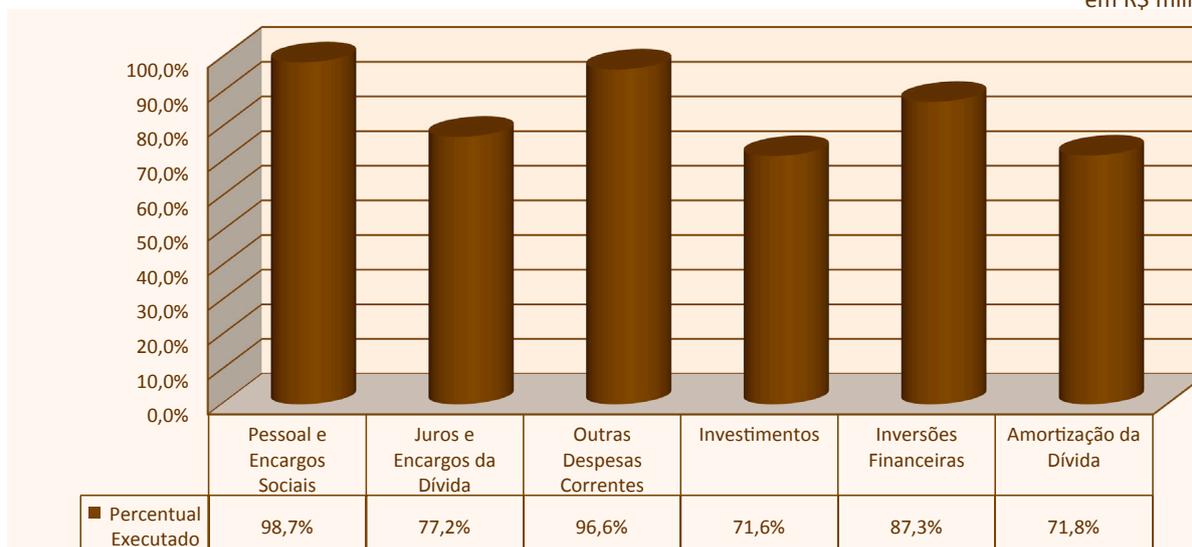
O valor da receita é exatamente o que foi designado na Lei Orçamentária Anual de 2011, Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011. Para a despesa, a diferença entre o que foi inicialmente fixado e o que consta no Balanço Orçamentário, no total de R\$1.623.536.820,00, refere-se ao valor do veto, constante na Mensagem nº20, de 09 de fevereiro de 2011.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

O gráfico a seguir demonstra os índices de execução da despesa por grupo de natureza da despesa ao final do exercício de 2011.

Despesa Orçamentária por Grupo de Natureza de Despesa

em R\$ milhões



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

No Balanço Financeiro da União, utiliza-se a metodologia de saldos para os ingressos e dispêndios extraorçamentários, ou seja, são evidenciados no balanço os saldos iniciais e finais do ativo e do passivo. Assim, para se chegar ao movimento de saldos líquidos entre os ingressos e dispêndios, é necessário verificar a diferença entre os dois lados da seguinte forma:

- a) para os grupos de contas do ativo, o saldo inicial se encontra do lado dos ingressos, e o saldo final do lado dos dispêndios. Dessa forma, se o seu saldo final for maior, indica possível dispêndio; caso contrário, um ingresso;
- b) para os grupos de contas do passivo, o saldo inicial se encontra do lado dos dispêndios, e o final do lado dos ingressos. Dessa forma, se o seu saldo final for maior, indica possível ingresso; caso contrário, um dispêndio.

Para se chegar aos valores reais de ingressos e dispêndios, seria necessário apurar os movimentos exclusivos de reflexo no caixa ou equivalentes de caixa

da União, de modo a não permitir a influência de saldos de exercícios anteriores e de regularizações contábeis. Contudo, devido à complexidade operacional, o Balanço Financeiro da União utiliza a metodologia de saldos, conforme já descrito.

As alterações relevantes dos ingressos e dispêndios extraorçamentários foram analisadas nas notas explicativas do Balanço Patrimonial.

As receitas e despesas orçamentárias foram analisadas detalhadamente na parte específica do Balanço Orçamentário e nas notas explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais.

INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Os itens desse grupo correspondem, principalmente, aos saldos dos direitos transferidos do exercício anterior para recebimentos no exercício corrente, bem como as obrigações do exercício a serem pagas no exercício seguinte e os restos a pagar inscritos no exercício. Os demais valores são relativos às receitas e ajustes financeiros de instituições financeiras.

DISPÊNDIOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Os dispêndios extraorçamentários compreendem, majoritariamente, os saldos de direitos no exercício corrente para recebimento no seguinte, bem como as obrigações transferidas do exercício anterior para pagamento no corrente. Os demais valores são relativos às despesas e ajustes financeiros de instituições financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido - DMPL tem por objetivo demonstrar:

- a) o déficit ou superávit patrimonial do período;
- b) cada mutação reconhecida no Patrimônio Líquido;
- c) o efeito decorrente de mudanças nos critérios contábeis;
- d) os efeitos decorrentes da retificação de erros cometidos em exercícios anteriores; e
- e) as contribuições dos proprietários e as distribuições recebidas por eles;

As alterações no Patrimônio Líquido de uma entidade entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas refletem o aumento ou diminuição da riqueza durante o período.

LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS – RESULTADO DO EXERCÍCIO

Observa-se que o valor mais expressivo que impactou os “Lucros/Prejuízos Acumulados”, no exercício de 2011, refere-se ao resultado do exercício, cujo valor apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais importou em cerca de R\$292 bilhões.

PATRIMÔNIO E LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS – CONSTITUIÇÃO/ REVERSÃO DE RESERVAS

O valor apresentado na coluna “Patrimônio” de aproximadamente R\$568 bilhões, relacionado à linha “Constituição/Reversão de Reservas”, deveria estar lançado na linha “Erros/Omissões/Mudança de Critério

Contábil”, pois é decorrente de nova classificação contábil da apuração do resultado patrimonial do exercício, conforme nota explicativa do Balanço Patrimonial que trata do Patrimônio Líquido – Capital Social.

CAPITAL SOCIAL E RESERVAS DE CAPITAL – SALDOS DE INTEGRAÇÃO

Os valores constantes da linha “Saldos de Integração”, combinados com as colunas “Capital Social” e “Reserva de Capital”, referem-se a valores baixados com base no relatório final de liquidação da Companhia de Colonização do Nordeste – COLONE.

PATRIMÔNIO – SALDO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2011

Conforme mencionado na Nota Explicativa sobre Patrimônio Líquido – Capital Social, do Balanço Patrimonial, até 2010 a conta “Patrimônio” representava os valores do resultado acumulado da administração direta, das autarquias, fundações, fundos da administração indireta e de alguns fundos da administração direta, compondo o patrimônio social da União.

Desde 2011, o resultado dessas entidades passou a ser apurado dentro do “Resultado do Exercício”, juntamente com as demais entidades. Da mesma forma, esse lançamento impactou também a coluna “Lucros/Prejuízos Acumulados” no mesmo montante (e na mesma linha), sendo que a diferença restante, de cerca de R\$47 milhões, refere-se ao valor real do item “Constituição/Reversão de Reservas”.

Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis

RECEITAS E DESPESAS DEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Receitas e despesas dependentes da execução orçamentária são aquelas que decorrem da execução da dotação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social consignada na Lei Orçamentária Anual – LOA.

As receitas orçamentárias são registradas pelo regime de arrecadação, sendo reconhecidas e contabilizadas como ingressos orçamentários no momento em que a instituição financeira recebe o recurso financeiro do contribuinte, enquanto as despesas são registradas pelo regime de empenho, sendo reconhecidas e contabilizadas, ao longo do exercício, no momento da liquidação e, ao final do exercício, somando-se a inscrição dos restos a pagar não processados.

ENTRADAS E SAÍDAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A contabilização dessas entradas e saídas envolve os recursos que independem de sua autorização na LOA, como as entradas compensatórias (cauções e depósitos diversos) no ativo e passivo financeiros. Depreende-se que seja o fluxo de entradas e saídas de recursos do caixa da União, mas que não são de sua propriedade, e que tenham caráter devolutivo.

RESTOS A PAGAR

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício são inscritas em restos a pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº4.320/1964, que as distingue em processadas e não processadas.

No encerramento do exercício, o procedimento de inscrição de despesa em restos a pagar não processados é precedido de depuração das despesas e anulação de empenhos, ou seja, verificam-se quais despesas devem ser inscritas em restos a pagar não processados, e os gestores anulam os demais empenhos de sua unidade.

CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO

Os direitos referentes a Créditos em Circulação foram avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os referidos créditos estão progressivamente sendo atualizados, pelos critérios de exclusão de valores prescritos e da provisão para perdas prováveis.

BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO E VALORES REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

Os Bens e Valores em Circulação e os Valores Realizáveis a Longo Prazo, exceto a Dívida Ativa da União, foram avaliados pelo valor original.

Os referidos bens e valores estão progressivamente sendo atualizados, pelos critérios de exclusão de valores prescritos e da provisão para perdas prováveis.

IMOBILIZADO

Segundo informações prestadas pela Secretaria

do Patrimônio da União – SPU, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, quanto aos imóveis da União, e conforme o Manual do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, a avaliação obedece ao seguinte critério:

- a) as reavaliações dos imóveis cadastrados no sistema SPIUnet, que integram o Balanço Geral da União – BGU, são efetuadas pelas unidades gestoras às quais se encontram jurisdictionados os imóveis, levando em consideração as alterações que agregam valor ao patrimônio imobiliário.
- b) os valores das reavaliações são calculados pelo sistema conforme critérios pré-definidos, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente pelas unidades gestoras.

INVESTIMENTOS

As participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privados, em que a administração tenha influência significativa, são mensuradas ou avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial, que também é utilizado para os investimentos em empresas coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO

A administração pública direta da União, suas autarquias e fundações começaram a efetuar os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão a partir do exercício contábil de 2010, momento em que a mudança de critério contábil ficou estabelecida.

A administração pública federal não praticava, até o exercício de 2010, procedimentos para preservar o valor original adequado dos ativos, fazendo com que estes permanecessem com valores históricos, não configurando uma base monetária inicial confiável para a aplicação dos procedimentos de depreciação.

O trabalho de adequação de valor dos ativos é complexo, demandando bastante tempo e muitos recursos humanos, principalmente para as aquisições realizadas em exercícios anteriores a 2010. Por isso, vem sendo realizado gradativamente, de acordo com as possibilidades de cada órgão, respeitando o cronograma indicado no Manual SIAFI, sob o código

Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis

“020330 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações”.

DÍVIDA A PAGAR

As dívidas internas e externas constantes dos exigíveis a curto e longo prazo foram avaliadas observando os seguintes critérios:

Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFi – foi avaliada pelo valor a pagar em 31 de

dezembro, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas; e

Dívida Pública Federal Externa – DPFe – foi avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Apurou-se o equivalente em dólares americanos, de acordo com a cotação de 31 de dezembro.

